

DIREITO REGIONAL E LOCAL

ÍNDICE GERAL (N. ^{OS} 00 A 16)

ARTIGOS

ALEXANDRINO, JOSÉ DE MELO – O défice de protecção do poder local: defesa da autonomia local perante o Tribunal Constitucional – **05**, pp. 12-27

_____ – A problemática do controlo na administração local – **08**, pp. 22-32

_____ – Limites à regulamentação municipal no âmbito da propaganda política, **10**, pp. 29-34

ALMEIDA, ISABEL SOARES DE – Dois anos sobre o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro: breve diagnóstico – **09**, pp. 41-46

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – O novo Código Regulamentar do Município do Porto: da importância da dimensão jurídica ao nível municipal – **03**, pp. 3-7

AMORIM, CARLOS DE ABREU – Algumas notas sobre o regime jurídico das assembleias municipais portuguesas [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 37-43

ARCEO, JUAN J. RAPOSO – Participación ciudadana en el ámbito urbanístico [I Seminário Luso-Galaico de Direito Local – “Direito do Urbanismo”] – **12**, pp. 5-13

BARROSO, LUÍS CHAVES – A sanção pecuniária compulsória no contencioso administrativo autárquico – **13**, pp. 35-47

BATALHÃO, CARLOS JOSÉ – A comunicação prévia: do modelo teórico à experiência autárquica [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 63-75

BRITO, WLADIMIR – Os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) – **00**, pp. 20-26

CALHEIROS, CRISTIANA – Das implicações da Lei 12-A/2008 na identidade da função pública – **08**, pp. 33-41

CARVALHO, JOÃO BAPTISTA DA COSTA – A relação entre a dimensão do município e o cumprimento da Lei. O caso do POCAL – **01**, pp. 25-37

_____ – Os Municípios Portugueses: análise financeira e cumprimento da Lei das Finanças Locais – **06**, pp. 17-26

CARVALHO, JORGE – Organização de unidades de execução [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 33-40

CARVALHO, MARCELO MENDONÇA DE – Regime da edificação e urbanização – A comunicação prévia [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 22-25

CAUPERS, JOÃO – Divisão administrativa e órgãos regionais – **08**, pp. 3-8

CERREDA, MARCOS ALMEIDA – As relações de controlo entre administrações públicas territoriais (análise do sistema espanhol) – **09**, pp. 23-32

CORREIA, CECÍLIA ANACORETA – Bairro do Aleixo: novas soluções para problemas antigos –, **05**, pp. 47-51

COUTINHO, LUÍS P. PEREIRA – Controlo de operações urbanísticas em área de reabilitação urbana – **11**, pp. 17-25

CUNHA, RICARDO SOUSA DA – A construção do poder local em Timor-Leste – **12**, pp. 36-46

DORREGO, PABLO FIGUEROA – Palabras de clausura del seminario luso-galaico de derecho local urbanístico [I Seminário Luso-Galaico de Direito Local – “Direito do Urbanismo”] – **12**, pp. 34-35

FERNANDES, JOANA CATARINA FERREIRA – A relação contratual “in house” (O caso particular da relação entre os municípios e as empresas municipais e intermunicipais) – **13**, pp. 27-34

FERNÁNDEZ, A. JAVIER FERREIRA – O funcionamento do pleno nos concellos galegos [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 15-28

FERRÃO, JOÃO – Intervenção de abertura do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 5-7

FOLQUE, ANDRÉ – Indisciplina normativa na tutela das autarquias locais –, **05**, pp. 37-46

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – Contencioso administrativo e contencioso administrativo autárquico: resenha dos casos urgentes mais recentes – **00**, pp. 43-52

_____ – Contencioso administrativo autárquico: a protecção de direitos fundamentais – **01**, pp. 41-53

_____ – O contencioso pré-contratual (autárquico): como é e como se gostaria que (não) fosse – **04**, pp. 47-61

GARCIA, ANA DE OLIVEIRA – O regime jurídico da mobilidade geral (sua adaptação à administração local) – **08**, pp. 42-55

GOMES, CARLA AMADO – Referendo local: o medo de existir? – **00**, pp. 27-33

GONÇALVES, PEDRO – Controlo prévio das operações urbanísticas após a reforma legislativa de 2007 – **01**, pp. 14-24

_____ – Adjudicação de contratos de empreitada de obras públicas a empresas estabelecidas noutros Estados-Membros da União Europeia – **07**, pp. 45-48

GOUVEIA, PAULO PEREIRA – Os poderes do Estado e a autonomia financeira regional – **13**, pp. 10-20

GUERREIRO, J. A. MOUTEIRA – Efeitos registrais decorrentes da execução urbanística [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 41-49

IGLESIAS, DIANA SANTIAGO – Las sociedades de economía mixta gestoras de servicios públicos en el derecho español – **11**, pp. 37-45

LOPES, DULCE – Planos de pormenor, unidades de execução e outras figuras de programação urbanística em Portugal – **03**, pp. 8-17

_____ – Destaque: um instituto em vias de extinção? – **10**, pp. 15-28

_____ – A comunicação prévia e os novos paradigmas de controlo administrativo da actividade privada [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 7-21

LÓPEZ, JOSÉ ANTONIO REDONDO – Las políticas públicas de vivienda: especial consideración de las políticas de rehabilitación y renovación urbana [I Seminário Luso-Galaico de Direito Local – “Direito do Urbanismo”] – **12**, pp. 19-26

LOUREIRO, CARLOS GABRIEL DA SILVA – A instalação ou modificação de grandes estabelecimentos comerciais na Região Autónoma dos Açores – **03**, pp. 18-24

LUFINHA, MARIA JOSÉ / COSTA, RUI / FELIZARDO, PAULO – A avaliação da aplicação da comunicação prévia nos Municípios de Moura, Serpa e Mértola [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 51-56

MAÇÃS, FERNANDA – São os municípios utentes de serviços públicos essenciais? – **04**, pp. 5-11

MACHO, LUIS MIGUEZ – Las atribuciones de los plenos de los Ayuntamientos en el régimen local español [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 5-14

MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO – Simplificação dos regimes de licenciamento [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 57-62

MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO / RAFEIRO, MARIANA MAIA – Licenciamento zero e espaço público – **16**, pp. 13-24

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Cedências para o Domínio Municipal: Algumas Questões – **04**, pp. 21-33

MONTEIRO, CLAUDIO – Urbanismo e interesses públicos diferenciados (O novo regime de consultas a entidades externas nos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas) – **04**, pp. 12-20

MOREIRA, VITAL – Áreas intermunicipais e áreas metropolitanas – **00**, pp. 5-19

_____ – Empréstimos municipais, autonomia local e tutela governamental – **03**, pp. 25-44

NETO, LUÍSA – *Indirizzos* constitucionais da normação estatutária regional: os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 402/2008 e 403/2009 – **11**, pp. 3-15

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO DE – 40 anos de desconcentração territorial regional em Portugal – **01**, pp. 5-13

_____ – A situação actual da gestão urbanística em Portugal [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 9-15

_____ – Democracia Local: a organização, os poderes e o funcionamento dos “Plenos do Concello” na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal – **05**, pp. 5-11

_____ – O funcionamento das assembleias municipais em Portugal [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 29-35

_____ – A participação dos cidadãos no direito do urbanismo [I Seminário Luso-Galaico de Direito Local – “Direito do Urbanismo”] – **12**, pp. 14-18

_____ – É necessária uma reforma territorial das freguesias? – **13**, pp. 5-9

_____ – Debate sobre a reforma da administração local em Portugal: um breve contributo – **16**, pp. 5-12

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – A alteração legislativa ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação: uma lebre que saiu gato...? – **00**, pp. 53-70

_____ – As virtualidades das unidades de execução num novo modelo de ocupação do território (Alternativa aos planos de pormenor ou outra via de concertação de interesses no direito do urbanismo?) [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 17-31

_____ – As mais recentes alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Breves reflexões sobre o Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março – **10**, pp. 3-14

_____ – As dúvidas e as dificuldades da comunicação prévia de operações urbanísticas [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 26-38

_____ – Tutela da legalidade urbanística: autonomia local em perigo? (Alguns exemplos práticos) [Seminário Luso-Galaico de Direito Local “A reforma da administração local e a tutela da legalidade urbanística”] – **16**, pp. 25-36

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA / GUEDES, ANA CLÁUDIA – O uso nos loteamentos urbanos – **13**, pp. 21-26

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA / LOPES, DULCE – A extensão excepcional de prazos prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010: subsídios para a sua aplicação prática – **11**, pp. 27-35

PRIMAZ, MIGUEL – As Garantias Tributárias no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais – **04**, pp. 34-46

REBELO, MARTA – O conceito de endividamento líquido municipal compatível com o SEC 95: interpretação do art. 36.º, n.º 1, da Lei das Finanças Locais – **01**, pp. 38-40

ROCHA, JOAQUIM FREITAS DA – As finanças das regiões autónomas numa perspectiva jurídica (aproximação ao Direito Financeiro Regional) – **08**, pp. 9-21

_____ – O sistema financeiro local português (considerações analíticas) – **09**, pp. 5-18

_____ – Finanças públicas restritivas – o impacto das medidas da *Troika* nas regiões autónomas e nas autarquias locais – **15**, pp. 5-14

RODRIGUES, CRISTINA – As comunicações prévias na prática: o exemplo do Município de Santa Maria da Feira [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 43-50

SILVA, MÁRIO TAVARES DA – Os sujeitos da tutela: quem aplica? [Seminário Luso-Galaico de Direito Local “A reforma da administração local e a tutela da legalidade urbanística”] – **16**, pp. 37-43

SOUTINHO, CLÁUDIA – Balanço e perspectivas das comunicações prévias de operações urbanísticas no Município de Matosinhos [Seminário de Direito do Urbanismo – “A comunicação prévia de operações urbanísticas: balanço e perspectivas”] – **14**, pp. 39-42

TABORDA, DANIEL – Algumas notas sobre a revisão legal das contas dos municípios – **15**, pp. 15-24

TAVARES, JOSÉ F. F. / CÂMARA, SOFIA SOUSA DE – O Plano de prevenção de riscos – Um instrumento de gestão indispensável no Sector Público – **09**, pp.33-39

VALDÉS, ANTONIO ROMA – La protección penal del urbanismo en España [I Seminário Luso-Galaico de Direito Local – “Direito do Urbanismo”] – **12**, pp. 27-33

VIANA, CLÁUDIA – Contratos públicos “in house” – em especial, as relações contratuais entre municípios e empresas municipais e intermunicipais – **00**, pp. 34-42

_____ – O instituto do referendo local à luz da jurisprudência constitucional – **05**, pp. 28-36

_____ – O procedimento de ajuste directo no Código dos Contratos Públicos (e a sua aplicação às autarquias locais) – **06**, pp. 5-15

_____ – Apontamento sobre o ajuste directo simplificado – **09**, pp. 19-22

ANOTAÇÕES

ALVES, JOÃO GOMES – Caminhos vicinais – *dicatio ad patriam* [Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 02.11.2005, Recurso n.º 1500/05 (2.ª Secção)] – **03**, pp. 45-52

AMORIM, CARLOS ABREU DE – Nascimento de um município ou o legislador que se esqueceu de obedecer à lei (Ac. do STJ de 14.06.2007, Proc. 07B190) – **00**, pp. 71-78

FERREIRA, RICARDO DE MATOS – A participação variável no IRS enquanto instrumento perequativo, Ac. do Tribunal Constitucional n.º 711/2006, de 29.12.2006, Proc. n.º 1067/06 – **10**, pp. 35-46

GARCIA, NUNO DE OLIVEIRA / PEREIRA, ANDREIA GABRIEL – A nova jurisprudência das taxas municipais pela colocação de painéis publicitários em domínio privado, Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 177/2010, de 05.05.2010, Proc. n.º 742/09 – **15**, pp. 25-35

GOMES, NOEL – A fiscalização prévia do Tribunal de Contas e as empresas municipais, Ac. do Tribunal de Contas n.º 28/10 (1.ª Secção – Plenário), de 03.10.2010, Proc. n.º 108/2010 – **16**, pp. 44-54

MAGALHÃES, LÍDIO DE – Os fundamentos de recusa de visto do Tribunal de Contas e as “bagatelas administrativas”, Ac. do Tribunal de Contas de 21.10.2008, Proc. n.º 868/08 – **06**, pp. 27-35

MONTE, MÁRIO FERREIRA – A perda de mandato e a inelegibilidade emergente de crimes praticados no exercício de cargos políticos, Ac. do Tribunal Constitucional de 23.09.2009, Proc. n.º 771/09 – **08**, pp. 56-68

NORA, JOANA COSTA – Contratos celebrados por municípios para consolidação e reprogramação da dívida de curto prazo e recurso ao crédito para o respectivo

pagamento, Ac. do Tribunal de Contas de 06.01.2009, Proc. n.º 1460/2007 – **06**, pp. 35-49

ROCHA, JOAQUIM FREITAS DA – Contracção de empréstimos por parte de Municípios (Ac. do Tribunal de Contas de 11.12.07, Proc. 1345/07) – **01**, pp. 54-67

VIANA, CLÁUDIA – O regime de erros e omissões do caderno de encargos, Acórdão do Tribunal de Contas n.º 166/2009, Proc. n.º 1314/09 – **12**, pp. 47-58

INFORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

A) Tribunal Constitucional

Comissão Nacional de Eleições – Propaganda política – Autarquias locais – **03**, p. 53 (24)

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local – Competência para a aplicação de sanções – **05**, p. 52 (77)

Estatuto do Direito de Oposição – Partidos políticos – Grupos de cidadãos eleitores – **08**, p. 69 (164)

Lei com valor reforçado – Criação de municípios – **11**, p. 47 (249)

Lei das Finanças Locais – Lei das Finanças das Regiões Autónomas – Regiões Autónomas – **05**, p. 52 (78)

Pena acessória – Perda de mandato – Pena de substituição – Efeito automático – **06**, p. 52 (106)

Plano director municipal – Proibição de realização de obras de reconstrução e ampliação – Reserva ecológica nacional – **06**, p. 51 (104)

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Competência do tribunal de comarca para concessão de mandado para entrada em domicílio – Inconstitucionalidade orgânica – **06**, p. 52 (107)

Taxa – Imposto – Condutas subterrâneas de combustíveis no domínio público municipal – **10**, p. 47 (212)

Taxa municipal – Posto de abastecimento de combustíveis líquidos – Utilização de bens particulares – **06**, p. 52 (105)

Taxa – Paineis publicitários – Propriedade privada – **11**, p. 47 (250)

B) Supremo Tribunal de Justiça

Acção cível – Câmara Municipal – Incompetência absoluta – Subempreitada – Tribunal administrativo – **05**, p. 53 (80)

Acção de preferência – Servidão de passagem – Prédio encravado – Direito de preferência – Renúncia – Acesso industrial – Construção clandestina – **03**, p. 54 (25)

Acção de reivindicação – Competência material – Foro administrativo – Foro comum – Município – Contrato de permuta – **16**, p. 56 (465)

Acção de reivindicação – Direito de propriedade – Usucapião – Demarcação – Junta de Freguesia – Defesa por excepção – Excepção peremptória – Execução de sentença – **11**, p. 48 (251)

Acção de reivindicação – Obrigação de restituição – Ocupação de imóvel – Obrigação de indemnizar – **07**, p. 49 (137)

Acção popular – Caminho público – Domínio público – Matéria de facto – Matéria de Direito – Competência material – Despacho saneador – Caso julgado formal – **05**, p. 55 (84)

Admissibilidade de recurso – Competência do Supremo Tribunal de Justiça – Competência da Relação – Dupla conforme – Câmara Municipal – Peculato – Abuso de poder – Competência – Ministério Público – Juiz de Instrução – Inquérito – Suspensão provisória do processo – Separação de processos – *In dubio pro reo* – Escutas telefónicas – Destruição – Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Aplicação da Lei Processual Penal no tempo – Interpretação – Constitucionalidade – Declarações do co-arguido – Corrupção passiva para acto lícito – Corrupção passiva para acto ilícito – **11**, p. 49 (253)

Arrendatário – Baldios – Posse precária – Usucapião – **10**, p. 48 (214)

Baldios – Águas – Usucapião – Direito de propriedade – Servidão – Caso julgado – **15**, p. 58 (420)

Baldios – Área florestal – Posse – Bem imóvel – Aquisição de bens pelo Estado – Prescrição aquisitiva – Usucapião – Direito de propriedade – **16**, p. 56 (466)

Baldios – Assembleia de Compartes – Conselho Directivo – Personalidade judiciária – **12**, p.60 (299)

Baldios – Posse útil – **04**, p. 63 (59)

Caminho público – Atravessadouro – Afectação – Acção popular – Interesses difusos – Ónus da prova – Abuso de direito – **07**, p. 50 (138)

Caminho público – Desafectação – **15**, p. 57 (419)

Caminho público – Domínio público – **15**, p. 36 (367)

Caminhos públicos – Dominialidade pública – Desafecção tácita – Usucapião – **12**, p. 59 (297)

Caminho público – Dominialidade – Utilidade pública – Assento – **16**, p. 57 (467)

Competência material – Foro administrativo – Concessão de serviços públicos – Autarquia – Empresa concessionária de serviço público – Estacionamento – Taxa – **13**, p. 48 (325)

Competência material – Tribunal do Trabalho – Competência em razão da hierarquia – Seguro de acidentes pessoais – Seguro de acidentes de trabalho – Direito a indemnização – Sub-rogação – **15**, p. 36 (368)

Contratação colectiva – Sector económico de actividade – Serviços de limpeza – Recolha de resíduos sólidos – Horário de trabalho – Intervalo de descanso – Período normal de trabalho – Alteração do horário de trabalho – Desobediência – Justa causa de despedimento – **13**, p. 49 (327)

Contrato de arrendamento – Habitação social – Fim social – Requisitos – **15**, p. 57 (418)

Contrato de arrendamento – Obras de conservação extraordinária – Câmara Municipal – Senhorio – Renda – Abuso de direito – **06**, p. 53 (109)

Contrato de compra e venda – Município – Massa falida – Condição resolutiva – Registo Predial – Resolução do negócio – Abuso do direito – **06**, p. 53 (108)

Contrato de empreitada – Licenciamento de obras – Licença de utilização – Defeitos da obra – Incumprimento do contrato – Cumprimento defeituoso – Culpa – Ónus da prova – **07**, p. 50 (139)

Contrato de empreitada – Obras – Defeitos – Defeito da obra – Continuação da obra – Resolução – **05**, p. 53 (79)

Contrato de prestação de serviço – Cessão da posição contratual – Denúncia de contrato – **11**, p. 49 (252)

Contrato-promessa de compra e venda – Nulidade – Resolução – Benfeitorias – Enriquecimento sem causa – Pedido reconvenicional – **04**, p. 62 (57)

Deliberação autárquica – Hasta pública – Anulação da deliberação camarária – Compra e venda – Escritura pública – Transferência da propriedade – **05**, p. 55 (83)

Direito à honra – Liberdade de imprensa – **15**, p. 58 (421)

Direito de propriedade – Aquisição originária – Domínio público – Servidão de aqueduto – Servidão por destinação do pai de família – **03**, p. 55 (27)

Direito real – Cadastro geométrico da propriedade – Valor probatório – **12**, p.59 (298)

Divisão de coisa comum – Indivisibilidade – Divisibilidade – Compropriedade – Coisa comum – Comproprietário – **04**, p. 63 (60)

Doação modal – Câmara Municipal – Incumprimento – Reversão – Resolução do negócio – Prescrição – **07**, p. 51 (140)

Domínio Público – Caminho Público – **09**, p. 47 (183)

Edifício – Contrato-promessa de compra e venda – Condição – PDM – Base negocial – Alteração das circunstâncias – Interesse do credor – Mora – Reparação do dano – Dano não patrimonial – **10**, p. 50 (215)

Empreitada de obras públicas – Acção de simples apreciação positiva – **16**, p. 55 (463)

Expropriação – Declaração de utilidade pública – **07**, p. 49 (136)

Expropriação – Invalidez – Usurpação – Utilidade pública – Domínio público – Restituição de bens – Indemnização – **11**, p. 52 (254)

Expropriação por utilidade pública – Avaliação – Solos – Notificação – Alegações – Reclamação para a conferência – Dispensa de vistos – Votação – Nulidade – Inconstitucionalidade – Princípio da igualdade – Acesso ao direito – Função jurisdicional – **04**, p. 63 (58)

Freguesia – Posse – Usucapião – Águas – Aquisição de direitos – Direito de propriedade – Direito de servidão – **10**, p. 48 (213)

Loteamento – Competência material – Tribunal comum – Tribunal administrativo – **03**, p. 55 (26)

Município – Acção de reivindicação – Águas subterrâneas – Direito de propriedade – Expropriação – Colisão de direitos – **05**, p. 54 (81)

Poderes do STJ – Matéria de facto – Força probatória – Caminho público – Domínio público – Utilidade pública para desafecção – Ónus da prova – **15**, p. 37 (369)

Recurso de apelação – Impugnação da matéria de facto – Auto – Câmara Municipal – Documento particular – Força probatória – Sociedade comercial – Gerente – Negócio consigo mesmo – **03**, p. 55 (28)

Recurso de revisão – Novos factos – Novos meios de prova – **09**, p. 47 (184)

Responsabilidade extracontratual – Câmara Municipal – Intervenção principal – Intervenção provocada – Litisconsórcio voluntário – Competência material – Incompetência absoluta – Conhecimento oficioso – Caso julgado formal – Admissibilidade do recurso – **11**, p. 52 (255)

Responsabilidade extracontratual – Direitos de personalidade – Ambiente – Direito de propriedade – Acto administrativo – Competência material – Ilícitude – **16**, p. 55 (464)

Respostas aos pontos da matéria de facto – Exclusão do direito de preferência – **05**, p. 54 (82)

Trabalho suplementar – Trabalho nocturno – Férias – Subsídio de férias – Subsídio de Natal – Princípio do tratamento mais favorável – **13**, p. 50 (328)

Transmissão de estabelecimento – Reversão da propriedade do edifício – **13**, p. 48 (326)

B.1) Tribunal da Relação do Porto

Acusação particular – Vícios da sentença – Decisão instrutória – Crime de abuso do poder – **15**, p. 38 (372)

Arrendamento – Caducidade – Demolição de imóvel clandestino – Causa imputável ao locatário – **16**, p. 58 (468)

Baldios – Personalidade judiciária – Capacidade judiciária – Junta de freguesia – Gestão de negócios – **15**, p. 38 (371)

Baldios – Representação em juízo – **15**, p. 59 (422)

Baldios – Usucapião – Junta de freguesia – Impugnação – Escritura – Ónus da prova – **10**, p. 51 (217)

Caminho público – Interesses colectivos – Interesses individuais de conveniência – **12**, p.61 (301)

Competência em razão da matéria – Tribunal administrativo – Tribunais judiciais – Relação jurídica de natureza pública – Relação jurídica de natureza privada – Aquisição de imóvel – Autarquia – **15**, p. 37 (370)

Conceito de funcionário – Associação humanitária – Peculato – **13**, p. 51 (331)

Contrato colectivo de trabalho – Empresa municipal – **16**, p. 58 (469)

Contrato de arrendamento – Realização de obras – Obras de conservação – Aumento da renda – **11**, p. 53 (257)

Crime de dano – Dano qualificado – Fixação temporal dos factos – **12**, p. 61 (300)

Custas judiciais – Isenção de custas – Baldios – **16**, p. 58 (470)

Difamação de autoridade pública – **11**, p. 53 (256)

Embargo de obra nova – Ratificação judicial – Junta de freguesia – Competência material – **10**, p. 50 (216)

Expropriação – Justa indemnização – **13**, p. 51 (330)

Expropriação – Princípio da intangibilidade da obra pública – Recusa – Entrega – Prédio – **15**, p. 38 (373)

Expropriação – Solo apto para construção – **15**, p. 59 (423)

Incompetência em razão da matéria – Conhecimento officioso – Contrato administrativo – **15**, p. 38 (374)

Licença de utilização – RAU – **13**, p. 51 (329)

B.2) Tribunal da Relação de Guimarães

Competência material – Tribunal competente – Tribunal administrativo – Acto de gestão pública – ETAF – Concessão de serviços públicos – **15**, p. 39 (375)

Desobediência – Presidente da câmara municipal – Vereador – Delegação de poderes – Lei habilitante – **10**, p. 51 (218)

Difamação – Elementos típicos – **15**, p. 60 (424)

Expropriação – Reserva agrícola nacional – **16**, p. 59 (471)

Indícios suficientes – Conceito de funcionário para efeito de lei penal – **12**, p. 61 (302)

B.3) Tribunal da Relação de Coimbra

Baldios – Inconstitucionalidade – **12**, p. 62 (303)

Caminho público – Requisitos necessários – **16**, p. 59 (472)

Competência material – **11**, p. 54 (259)

Competência material – Tribunal administrativo – Relação jurídica administrativa – **15**, p. 40 (379)

Competência material – Responsabilidade extracontratual – Pessoa colectiva de direito público – Acto de gestão privada – Acto de gestão pública – **15**, p. 60 (426)

Contra-ordenação – Acto administrativo – Ilícito de mera ordenação social – Prescrição – **15**, p. 40 (378)

Crime de desobediência – Ordem ilegítima – Proprietário – Árvore – Energia eléctrica – Concessionário – Direcção dos Serviços de Energia da Direcção Regional de Economia do Centro – **15**, p. 40 (380)

Crime de injúria – Elementos do tipo objectivo – **11**, p. 54 (258)

Decisão da autoridade administrativa – Dever de fundamentação – **13**, p. 52 (333)

Domínio público – Autarquia – Matéria de facto – Reclamação – **15**, p. 60 (425)

Escusa – Figura pública – Sucessão no cargo de vereador – **15**, p. 39 (377)

Licença de construção – Falta – Construção de obras – Prescrição – Ilícito instantâneo com efeitos duradouros – **15**, p. 39 (376)

Princípio da livre apreciação da prova – Dever de fundamentação – Crime de ofensa a pessoa colectiva (autarquia) – **13**, p. 51 (332)

B.4) Tribunal da Relação de Lisboa

Competência material – Contrato de concessão – Tribunal Administrativo – **13**, p. 53 (336)

Competência material – Tribunal administrativo – Arrendamento – Resolução do contrato – **13**, p. 53 (335)

Competência material – Tribunal administrativo – Renda apoiada – Contrato de arrendamento – **15**, p. 61 (428)

Contra-ordenação ambiental – Armazenagem de resíduos – Recolha de resíduos – Reenvio prejudicial – **15**, p. 42 (384)

Contrato de arrendamento – Renda apoiada – Actualização de renda – **16**, p. 60 (473)

Contrato de trabalho – Contrato de prestação de serviços – Município – **15**, p. 41 (381)

Corrupção activa para acto lícito – **11**, p. 54 (260)

Energia eléctrica – Prazo de prescrição – Utilização ilícita – **15**, p. 41 (382)

Expropriação – Impugnação da matéria de facto – Avaliação – Classificação de solos – Imposto municipal sobre imóveis – Matéria de facto – Conceito jurídico – **15**, p. 42 (383)

Expropriação por utilidade pública – Licença de construção – Acto administrativo – Validade – Competência material – Tribunal comum – **15**, p. 62 (431)

Expropriação por utilidade pública – Pedido de expropriação total – Expropriação parcial – PDM – **15**, p. 61 (427)

Loteamento clandestino – Área urbana de génese ilegal – Assembleia de proprietários – **15**, p. 62 (430)

Prestação de serviços – Autarquia – Nulidade do contrato – Advogado – Honorários – Impugnação da matéria de facto – **13**, p. 52 (334)

Recurso de contra-ordenação – Contagem do prazo de impugnação – **15**, p. 62 (429)

C) Tribunal de Contas

a) 1.ª Secção (fiscalização prévia)

Alteração ao contrato de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos entre a *HPEM, Higiene Pública, E.M.* e a sociedade *SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.* – Modificabilidade dos contratos públicos – Sujeição à fiscalização prévia do Tribunal de Contas – **11**, p. 57 (263)

Contrato celebrado entre a Sociedade “*VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A.*” (*VRSA-SGU*) e a empresa “*CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A.*” – Conceito de *organismo de direito público* – Procedimentos de contratação pública – **07**, p. 54 (142)

Contrato de aquisição de combustíveis celebrado entre o Estado e a *Petrogal, S.A.* – **12**, p. 62 (304)

Contrato de aquisição de serviços – Contrato-programa – Encargo financeiro – Sujeição a fiscalização prévia – **08**, p. 71 (166)

Contrato de aquisição de serviços – Critério de adjudicação – Lista de preços unitários – Visto com recomendações – **16**, p. 60 (474)

Contrato de aquisição de serviços entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e a EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. – Ajuste directo (Pressupostos para o recurso ao) – Medida do estritamente necessário e urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis (art. 86.º, n.º 1, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) – Improcedência do recurso e manutenção da recusa do visto por não verificação dos pressupostos para o ajuste directo – Motivos de urgência imperiosa resultantes de acontecimentos imprevisíveis – Imputabilidade à entidade adjudicante – **02**, p. 53 (5)

Contrato de aquisição de serviços entre o Hospital de São João, E.P.E., e a empresa “ARIPA – Ilídio Pelicano Arquitectos, S.A.” – Ajuste directo – Recusa de visto – **09**, p. 49 (186)

Contrato de concessão relativo a parque de estacionamento subterrâneo entre a Câmara Municipal de Lagos e a Sociedade “EL – Estacionamento de Lagos, S.A.” – Parceria Público-Privada – Procedimento administrativo – Recusa de visto – **09**, p. 48 (185)

Contrato de empreitada de obra pública – Ajuste directo – Apresentação e aceitação de propostas – Transmissão electrónica de dados – Rejeição de propostas – **11**, p. 55 (261)

Contrato de empreitada – Procedimento com convite – Regulamento interno de compras – Princípios da igualdade, da concorrência e da transparência – Ilegalidade do regulamento – Ilegalidade do contrato – Recusa de visto – **15**, p. 64 (433)

Contrato de empreitada celebrado entre o Município da Nazaré e a empresa “Costa e Carvalho” – Cabimento orçamental – Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – **13**, p. 54 (337)

Contrato de empreitada celebrado entre o Município de Oeiras e *Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.* – Habilitações dos concorrentes – Referência a marcas comerciais –

Recomendação do Tribunal – Divergência entre o anúncio e o programa do concurso – Recusa do visto – **12**, p. 63 (305)

Contrato de empreitada de obra pública celebrado entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Ponta Delgada e a empresa “A.R. Casanova, Construção Civil, Lda.” – Habilitações dos concorrentes – Divergência entre o programa do concurso e o anúncio – Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição – Nulidade do caderno de encargos – Recomendação anterior – **10**, p. 52 (219)

Contrato de empreitada de obra pública entre a Direcção Regional de Cultura da Região Autónoma dos Açores e a “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” – Requisitos de admissão dos concorrentes – Empreiteiro geral – Categorias e subcategorias – Capacidade técnica dos concorrentes – **08**, p. 71 (167)

Contrato de empreitada de obras públicas entre o Município de Mogadouro e o consórcio Jaime Nogueira & Filhos, Lda./Manuel Joaquim Caldeira, Lda. – Habilitação para actividade de construção – Alvará – Empreiteiro geral – Preço de cópias do processo – Características técnicas de materiais – Marcas – Alteração do resultado financeiro do contrato – Recurso do Acórdão de recusa de visto n.º 90/08, de 24 de Junho – **05**, p. 59 (89)

Contrato de empreitada de obras públicas entre o Município do Funchal e a Tecnovia-Madeira, Sociedade de Empreiteiros, S.A. – Recurso da decisão de recusa de visto – Inconstitucionalidade – Momento da aferição da validade do alvará no acto público do concurso – Exigibilidade e verificação de habilitações nos concursos de obras públicas – **04**, p. 64 (62)

Contrato de empreitada entre a “LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto” e a Sociedade “Monteadriano – Engenharia e Construção, S.A.” – Preço anormalmente baixo – Notas justificativas dos preços – Poder discricionário – Conceito indeterminado – Procedimento contraditório específico em caso de preço anormalmente baixo – Preço de fornecimento dos documentos do concurso – Visto com recomendações – **06**, p. 57 (114)

Contrato de empreitada entre o Hospital da Senhora da Oliveira, E.P.E., e a Sociedade de Construções Guimar, S.A. – Produção de efeitos financeiros antes do visto do Tribunal de Contas, contrariando o disposto no art. 45.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto – Não apreciação do contrato por inutilidade – Responsabilidade financeira – **02**, p. 51 (2)

Contrato de empreitada entre o Município de Aveiro e a Sociedade “Arlindo Correia e Filhos, S.A.” relativo às obras de adaptação no edifício do Convento das Carmelitas – Falta de cabimento orçamental – Recusa de visto – **06**, p. 56 (113)

Contrato de empreitada entre o Município de Cinfães e a empresa Santana & Cia, S.A. – Dever de fundamentação do mérito das propostas (n.º 2 do art. 100.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março) – Referência a marcas comerciais sem que as mesmas estejam acompanhadas da menção “do tipo” ou “ou equivalente” (n.ºs 5 e 6 do art. 65.º do Decreto-Lei n.º 59/99) – Visto com recomendações – **05**, p. 57 (86)

Contrato de empreitada entre o Município de Idanha-a-Nova e a empresa João de Sousa Baltazar, S.A. – Modo de nomeação do júri do procedimento para a formação do contrato – Habilitações dos concorrentes – Visto com recomendações – **05**, p. 56 (85)

Contrato de empreitada entre o Município de Loulé e a OBRECOL – Obras e Construções, Lda. – Ajuste Directo, ao abrigo do art. 136.º, n.º 1, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, na sequência de resolução de contrato anterior, por incapacidade financeira do empreiteiro – Recusa de visto – **03**, p. 56 (29)

Contrato de empreitada entre o Município de Penafiel e a INERSEL – Construções, S.A. – Critério de adjudicação – Introdução pela comissão de análise das propostas de subfactores não previstos no Programa do concurso – Visto com recomendações – **04**, p. 64 (61)

Contrato de empreitada entre o Município de Vila Franca de Xira e a empresa Luseca – Sociedade de Construções, Lda. – Não realização de concurso público – Recurso ao ajuste directo – Recusa de visto – **02**, p. 52 (4)

Contrato de empreitada para a realização de obra pública – Preterição do procedimento de concurso público ou limitado por prévia qualificação – Publicação no *Jornal Oficial da União Europeia* – Ajuste directo – Urgência imperiosa – Fundamentação – Visto com recomendações – **15**, p. 63 (432)

Contrato de empreitada para construção de centro escolar – Recurso – Cabimento orçamental – Plano Plurianual de Investimentos – **15**, p. 44 (387)

Contrato de empréstimo de longo prazo entre o Município de Portalegre e o Banco Santander Totta, S.A. – Endividamento municipal – Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) – Recusa de visto – **03**, p. 57 (30)

Contrato de empréstimo entre o Município de Aveiro e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) e Decreto-
-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março – Saneamento financeiro municipal – Plano de saneamento financeiro – Natureza e requisitos – Desequilíbrio financeiro estrutural/ruptura financeira – Recusa de visto – **02**, p. 51 (1)

Contrato de empréstimo entre o Município de Lisboa e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Saneamento financeiro do Município – Desequilíbrio financeiro conjuntural – Plano de saneamento financeiro – Legalidade financeira – Limites ao exercício de poderes discricionários – Recurso do Acórdão de recusa de visto n.º 26/08, de 19 de Fevereiro, objecto de esclarecimento pelo Acórdão n.º 31/08, de 10 de Março – **05**, p. 58 (88)

Contrato de empréstimo entre o Município do Porto e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Endividamento autárquico – Violação dos arts. 35.º e 38.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) – Recusa de visto – **05**, p. 57 (87)

Contrato de fornecimento de equipamento – Contrato de locação financeira – Procedimento de formação dos contratos – Nulidade – Recusa de visto – **15**, p. 44 (386)

Contratos de fornecimento de próteses celebrado entre o *Centro Hospitalar de Barlavento Algarvio, E.P.E.* e as empresas *Smith & Nephew, Lda.* e *Johnson &*

Johnson, Lda. – Sujeição á fiscalização prévia do Tribunal – Entrega dos documentos de habilitação – Causas de não adjudicação – Modelo de avaliação das propostas – Não avaliação de propostas admitidas ao concurso – Adjudicação a propostas que não obtiveram a melhor classificação – Recusa do visto – **12**, p. 64 (306)

Contrato de fornecimento de serviços de seguros entre o Município de Cascais e a Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. – Impossibilidade legal de contratação e de realização de despesas que não sejam legalmente permitidas – Nulidade das deliberações dos órgãos dos Municípios que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por Lei – Princípio da legalidade na actuação das autarquias locais – Recusa do visto – **02**, p. 52 (3)

Contrato de fornecimento de serviços “na área de seguros” entre o Município de Cascais e a “Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.” – Contrato de seguro de saúde – Financiamento público de sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde – Realização de despesas sem fundamento legal – Recusa de visto – **06**, p. 55 (111)

Contrato de fornecimento e instalação de equipamentos subterrâneos de recolha de lixo entre o Município de Sernancelhe e a empresa TNL – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Sistemas Ambientais, S.A. – Concurso público – Publicação no Jornal Oficial da União Europeia – Definição dos critérios de pontuação dos concorrentes – Elementos para avaliação da capacidade técnica e financeira dos concorrentes – Recusa do visto – **04**, p. 65 (63)

Contrato de locação financeira – Qualificação de um contrato – Inobservância do procedimento de concurso público – Nulidade – Recusa de visto – **15**, p. 43 (385)

Contratos de prestação de serviços celebrado entre o Município da Covilhã e a sociedades “PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.” – Contratação “in house” – **13**, p. 56 (339)

Contrato de prestação de serviços relativo à “elaboração do projecto – Centro de Artes e Espectáculos de Viseu” celebrado entre o Município de Viseu e a empresa “Filipe

Oliveira Dias, Arquitecto, Lda.” – Procedimento de ajuste directo fundado em motivos artísticos – Concurso de concepção – Princípios da contratação pública – Poderes discricionários – **10**, p. 53 (220)

Contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos entre o Município de Sintra e a Sociedade “SUMA – Serviços Urbanos e meio Ambiente, S.A.” – Alteração contratual – Empresa municipal – Sujeição à fiscalização prévia do Tribunal de Contas – **13**, p. 55 (338)

Contrato de subconcessão de obra pública celebrado entre “Estradas de Portugal, S.A. e a AENOR DOURO – Estradas do Douro Interior, S.A.” – Parceria Público-Privada (PPP) – Reforma do contrato – Comparador público – Declaração de Impacto Ambiental (DIA) – Alteração das circunstâncias – Preço das peças contratuais – Visto com recomendações – **10**, p. 54 (221)

Contrato misto para a elaboração de projectos e de empreitada de beneficiação e reparação de casas do município, habitação social – Empreitada concepção-construção – Programa do procedimento – Caderno de encargos – Recusa de visto – **15**, p. 65 (434)

Contrato para aquisição e instalação de reguladores de fluxo luminoso e sua manutenção celebrado entre a Câmara Municipal da Trofa e a Sociedade “EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.” – Publicação no *JOUE* – Prazo para definir a ponderação a aplicar aos elementos que interfiram na aplicação do critério de adjudicação – Recusa de visto – **06**, p. 55 (112)

Contrato-promessa de compra e venda entre o Município de Ribeira Grande e o consórcio formado pelas empresas “Somague-Ediçor, Engenharia, S.A.” e “STAL – Sociedade Técnica Açoriana, Lda.” – Construção de fogos a custos controlados – Contrato de desenvolvimento para habitação – Alteração da adjudicação – Omissão de concurso público – **08**, p. 70 (165)

Contratos de prestação de serviços entre a Região Autónoma da Madeira e a “Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.” – Sector empresarial regional – Sujeição ao visto do Tribunal de Contas – Contratos públicos – **07**, p. 52 (141)

Minuta de Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal da Maia e a “MACMAI – Matadouro Agrícola Comercial da Maia, Lda.”, tendo em vista a assunção do passivo desta Sociedade – Atribuições do Município – Ilegalidade da despesa – **07**, p. 54 (143)

Permuta de bens presentes por bens futuros – Finalidade da permuta – Empreitada de obras públicas – Recusa de visto à minuta de contrato de permuta entre a Câmara Municipal da Guarda e a Sociedade “Guarda Mall S.A.” – **09**, p. 50 (188)

Protocolo celebrado entre o *Hospital de Faro, E.P.E.*, e o *SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais* – Recusa de visto – Arguição da nulidade do Acórdão por não conhecimento das questões relevantes – Alegações de recurso – **11**, p. 57 (264)

Protocolo de adesão ao serviço partilhado de recursos humanos celebrado entre a *Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.*, e o *SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais* – Contratação “in house” (art. 5.º, n.º 2, do CPC) – Recusa do visto – **11**, p. 56 (262)

“Protocolo de articulação entre Centrais de Compras” celebrado entre a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e o Agrupamento Complementar de Empresas “Somos Compras, A.C.E.” – Contratação pública – Procedimento administrativo – Recusa de visto – **09**, p. 49 (187)

Protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e a “MACMAI – Matadouro Agrícola da Maia, Lda.”, tendo em vista a assunção do passivo desta sociedade – Atribuições das autarquias locais e competência dos seus órgãos – Realização de despesas sem suporte legal – Nulidade – Recusa de visto – **06**, p. 54 (110)

b) 3.ª Secção (efectivação de responsabilidades financeiras)

Recurso da decisão da 3.ª Secção em 1.ª instância que condenou em multa vários responsáveis do Município de Alcácer do Sal pela prática de uma infracção financeira sancionatória prevista e punível nos termos do disposto no art. 65.º, n.º 1, alínea *b*), da

Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto – Desequilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes – Improcedência do recurso – **05**, p. 59 (90)

Recurso de sentença de condenação em multa de responsáveis de município pela prática da infracção financeira prevista e punível nos termos do art. 65.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto – Ajuste directo, com preterição das regras do concurso público, em função do valor da empreitada – Decisão de abertura do procedimento e decisão de adjudicação – Responsabilidade financeira – Pressupostos – Princípio da igualdade – Requisitos da sentença – Erro de julgamento – Apreciação da culpa – Medida da pena – **02**, p. 53 (6)

Responsabilidade financeira – Contratação de funcionários aposentados para o exercício de funções públicas – Pagamentos indevidos – **13**, p. 57 (340)

Responsabilidade financeira reintegratória – Ilícitude e culpa – Dano para o Estado – Pagamentos indevidos – Estatuto da Aposentação – **12**, p. 65 (307)

Responsabilidade financeira sancionatória – Empreitada de obras públicas – Pagamento por medição – Autorização e assunção de despesa – Revogação da sentença – **16**, p. 61 (475)

Responsabilidade financeira sancionatória derivada de actos de autorização de despesas sem cobertura orçamental – Recomendação do Tribunal – Dispensa da pena – Redução da pena – **11**, p. 58 (265)

Responsabilidade financeira sancionatória derivada de actos de autorização de despesas sem suporte legal – **10**, p. 55 (223)

Responsabilidade financeira sancionatória derivada de deliberação relativa a celebração de contrato adicional, por ajuste directo, no âmbito da execução de contrato de empreitada de obra pública – **10**, p. 55 (222)

Responsabilidade sancionatória – Pagamento voluntário – Extinção do procedimento – **15**, p. 45 (388)

Responsabilidades financeiras derivadas de deliberação relativa a “trabalhos a mais” em contrato de empreitada para construção de pavilhão e piscinas municipais, incluindo arranjos externos – **09**, p. 51 (189)

D) Supremo Tribunal Administrativo

Subsecções do Contencioso Administrativo

Abastecimento público – Águas – Culpa – Ilicitude – Concorrência de culpas – Serviços municipais – Rede de abastecimento de água – Responsabilidade extracontratual – Acto ilícito – **11**, p. 59 (267)

Acção administrativa especial – Legitimidade activa – Interesse directo – Interesse pessoal – **09**, p. 52 (192)

Acção de condenação – Responsabilidade por informações – Decisão – Facto – Nexo de causalidade – **15**, p. 67 (437)

Acção de indemnização – Responsabilidade civil extracontratual – Causalidade adequada – Nexo de causalidade – Dano patrimonial – Indemnização – **03**, p. 58 (33)

Acção de responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Conservação de prédio – Ónus de prova – **03**, p. 57 (31)

Acção para reconhecimento de direito – Concessionária – Distribuição – Gás natural – Ocupação do subsolo – Licenciamento – Câmara Municipal – **02**, p. 55 (8)

Acção para reconhecimento de direito – Loteamento urbano – Meio processual adequado – **07**, p. 58 (151)

Acidente de viação – Responsabilidade civil extracontratual – Conservação da via pública – Omissão – Ilícito – Presunção de culpa – **03**, p. 62 (41)

Acidente de viação – Responsabilidade civil extracontratual – Sinalização da via pública – Nexo de causalidade – Culpa do lesado – **15**, p. 47 (392)

Acto conseqüente – **07**, p. 56 (146)

Acto de aprovação – Regimento da câmara municipal – Ilegalidade – Acto – Regulamento – **10**, p. 59 (232)

Acto de indeferimento – Acto revogatório – **16**, p. 64 (481)

Acto político – Acto normativo – Acto administrativo – Lei – Execução do orçamento – **13**, p. 61 (348)

Acto vinculado – Denunciante – **03**, p. 60 (38)

Alegação de factos – Confissão – Prova pericial – Licenciamento de obras – Plano Director Municipal – **11**, p. 61 (272)

Alteração das especificações do alvará de loteamento – Carência – Absoluta de forma – Direitos fundamentais – Objecto do recurso contencioso – **11**, p. 60 (268)

Alvará de loteamento – Caducidade – Acto ablativo – Audiência prévia – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – **16**, p. 61 (477)

Aprovação – Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Indemnização por sacrifício – Acção de indemnização – Tribunal competente – **06**, p. 61 (122)

Assembleia Municipal – Ordem do dia – **11**, p. 60 (270)

Autorização – Infra-estruturas – Regulamento municipal – Edificação – Urbanização – Localização – Equipamento – **10**, p. 58 (229)

Bens do domínio público – Desafectação – Princípio da confiança – **16**, p. 63 (479)

Câmara Municipal – Imposição de obras – Intimação para fazer obras – Obras a expensas do proprietário – Obras de reparação – Vistoria – Preterição de formalidade legal – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – Nomeação de peritos – **11**, p. 63 (276)

Competência – Embargo de obra – Ilegalidade – Delegação de competência – Ordem de demolição – Posse administrativa – Acto de execução – **06**, p. 60 (120)

Concessão de serviço público – Infra-estruturas – Operação urbanística – Licenciamento – Embargo – Notificação – Dispensa de notificação – **11**, p. 61 (273)

Concessão de transportes colectivos – Nulidade de sentença – Atribuições municipais – **04**, p. 66 (65)

Concurso – Consórcio – Legitimidade – Litisconsórcio – Conhecimento do mérito – **16**, p. 64 (482)

Concurso público – Serviços – Segurança – Capacidade financeira – Directiva Comunitária – **15**, p. 68 (440)

Conflito negativo de jurisdição – Contrato administrativo – Relação jurídico-administrativa – Empresa pública – Empresa municipal – **10**, p. 56 (224)

Contencioso pré-contratual – Acto de adjudicação – Impugnação – Prazo – Caducidade – **15**, p. 50 (400)

Contrato de arrendamento – Realização de obras – Câmara municipal – Princípio da proporcionalidade – **15**, p. 68 (439)

Criação de autarquias locais – Acto político – Competência dos Tribunais Administrativos – Incompetência em razão da matéria – **13**, p. 59 (343)

Demolição – **15**, p. 69 (443)

Despejo administrativo – Propriedade resolúvel – Usurpação de poder – Princípio da legalidade – **15**, p. 67 (436)

Destaque de parcela – Licenciamento – **02**, p. 55 (9)

Direito do Urbanismo – Licenciamento de obras – Equipamento urbano ou colectivo – Plano Director Municipal – **11**, p. 62 (274)

Empreendimento turístico – Localização – Parecer – Comissão Coordenadora Regional – **10**, p. 58 (230)

Empreitada de obras públicas – Revisão de preços – **13**, p. 59 (342)

Erro nos pressupostos – Direito fundamental – Habitação – Fogo municipal – **10**, p. 59 (231)

Estatuto dos Eleitos Locais – Reforma antecipada – **08**, p. 73 (171)

Execução de julgado – Expropriação – Anulação – Posse administrativa – Indemnização – Dano – Dano moral – Despesas judiciais – **10**, p. 59 (234)

Expropriação – Área crítica de recuperação e reconversão urbanística – Incompetência absoluta – Falta de fundamentação – Urgência – Pressupostos – Objecto – Data – Proposta – **10**, p. 57 (227)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Prazo – Desvio de fim – Poderes de cognição do Supremo Tribunal Administrativo – Poderes de cognição do Pleno – **15**, p. 46 (390)

Expropriação por utilidade pública – Eficácia retroactiva – **10**, p. 58 (228)

Habitação social – Ocupação de casas – Acto precário – **15**, p. 47 (393)

Hasta pública – Arrematação – Denúncia – Acto administrativo – Ilegalidade - Recurso contencioso – **04**, p. 66 (64)

Imóvel classificado – Imóvel de interesse público – Zona de protecção – Obra em zona de protecção – Loteamento – Parecer prévio – Ministério da Cultura – Prazo – **15**, p. 48 (394)

Infra-estruturas – Imposto – Constitucionalidade – **03**, p. 62 (42)

Lei dos Solos – Área crítica de recuperação e reconversão urbanística – Declaração de utilidade pública – Expropriação – Posse administrativa – **13**, p. 58 (341)

Licença de construção – Plano director municipal – Nulidade – Afastamento ao limite do prédio vizinho – **03**, p. 60 (37)

Licença de construção – Violação do plano director municipal – Erro na identificação do autor do acto recorrido – **03**, p. 60 (36)

Licenciamento de construção – Loteamento – Área de construção – Área de implantação – Plano director municipal – **03**, p. 60 (39)

Licenciamento de construção – Ocupação de solos – Estudo de enquadramento – **08**, p. 72 (168)

Licenciamento de construção – Sindicabilidade – Conceito indeterminado – Julgamento da matéria de facto – **16**, p. 63 (480)

Licenciamento de obras – Aprovação de projecto de arquitectura – Acto preparatório – Acto constitutivo de direitos – Medidas preventivas – Violação – Nulidade do acto – Licenciamento – **02**, p. 56 (11)

Licenciamento de obras – Decisão – Erro de direito – **12**, p. 66 (309)

Licenciamento de obras – Erro nos pressupostos de facto – Ordem de demolição – **11**, p. 59 (266)

Licenciamento de obras – Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Demolição de obra – Legalização de obra – Alteração de Plano de Urbanização – Plano Director Municipal (PDM) – Alteração – Pressupostos – Vinculação – Viabilidade de Construção – **15**, p. 66 (435)

Licenciamento de obras – Utilização – Nulidade – **16**, p. 61 (476)

Licença de construção – Nulidade – Parecer obrigatório – Princípio do aproveitamento do acto – Plano de urbanização – Delegação de competência – Câmara municipal – Presidente da câmara municipal – Identificação do autor do acto recorrido – **15**, p. 46 (390)

Licença de utilização – Obras – Projecto de obras – **10**, p. 57 (226)

Loteamento – Alvará – Caducidade – **07**, p. 59 (152)

Loteamento – Interpretação do acto – Reserva Ecológica Nacional (REN) – Área de implantação – Falta – Audiência – **15**, p. 70 (445)

Loteamento – Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC) – Projecto – Substituição – Direito transitório – Falta de fundamentação – Erro nos pressupostos – Regulamento – Princípio da boa-fé – Princípio da proporcionalidade – Discussão pública – Direito de audiência – **15**, p. 67 (438)

Loteamento – Plano Director Municipal – Construção de imóvel – Pisos – Altura máxima – **11**, p. 61 (271)

Norma regulamentar – Vinculação – Administração – Plano Director Municipal – **07**, p. 58 (150)

Nulidade de sentença – Empreendimento Turístico – Plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais – Regulamento – Suspensão do procedimento administrativo – Questão prejudicial – Restrição ao direito de propriedade – **06**, p. 59 (116)

Obra clandestina – Legalização de obra – Revogação de acto ilegal – Audiência prévia – Participação – **03**, p. 61 (40)

Obra ilegal – Licenciamento – Ordem de demolição – Princípio da proporcionalidade – **15**, p. 49 (399)

Obra ilegal – Ordem de demolição – **07**, p. 55 (144)

Obra particular – Falta de licenciamento – Demolição – **03**, p. 62 (43)

Obrigação de indemnização – Dano não patrimonial – Cemitério – Sepultura – **06**, p. 58 (115)

Omissão de pronúncia – Servidão de vistas – Direito de audiência – **15**, p. 49 (398)

Parque florestal de Monsanto – Domínio público – Domínio privado – **09**, p. 53 (193)

Parque Natural das Serras d’Aire e Candeeiros – Exploração de pedreira – Indemnização por sacrifício – Condicionamentos – **15**, p. 46 (389)

Pedido de declaração de ilegalidade de normas – Acto administrativo – Regulamento – **03**, p. 59 (34)

Perda de mandato – Cargo político – Vereador – **03**, p. 59 (35)

Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Plano de Pormenor – Medidas preventivas – **07**, p. 57 (148)

Plano Director Municipal – Albufeira – Plano de Pormenor – **11**, p. 60 (269)

Plano Director Municipal – Licença de construção – Licenciamento – Plano de Urbanização – Audiência de interessados – Direito de audição – **07**, p. 56 (145)

Plano Director Municipal – Utilização – **06**, p. 61 (121)

Prestação de serviços – **08**, p. 72 (170)

Processo administrativo – Ministério Público – Intimação – **06**, p. 60 (118)

Providência cautelar – Ordem dos médicos – Legitimidade – **16**, p. 64 (483)

Questão prejudicial – Nulidade processual – Propriedade do terreno – Usucapião – Ónus de prova – Audiência prévia – Fundamentação de direito – **12**, p. 66 (308)

Ratificação – Plano Director Municipal – Conselho de Ministros – Nulidade de acórdão – **07**, p. 57 (149)

Ratificação – Sanação – Prazo – Pendência da causa – **15**, p. 69 (442)

Recurso contencioso – Tempestividade – Medidas preventivas – Ruído – Ónus de prova – **13**, p. 59 (344)

Recurso jurisdicional – Acção de indemnização – Informação prévia – Ónus de prova – **13**, p. 60 (345)

Reserva agrícola nacional – Prova pericial – **12**, p. 67 (310)

Responsabilidade civil – Anulação – Acto administrativo – Execução de sentença – Acção de condenação – **09**, p. 52 (191)

Responsabilidade civil – Legitimidade passiva – Prescrição – Comissão – Omissão – Culpa – Nulidade de sentença – **15**, p. 48 (397)

Responsabilidade civil – Licenciamento – **15**, p. 48 (395)

Responsabilidade civil – Licenciamento de obras – Prescrição – **15**, p. 69 (441)

Responsabilidade civil – Município – Matéria de facto – Alteração das respostas aos quesitos – Prova – Documento autêntico – Facto notório – Informação prévia – Expectativas legítimas – **02**, p. 54 (7)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Propriedade – Veículo – Legitimidade – **08**, p. 72 (169)

Responsabilidade civil extracontratual – Direito de indemnização – Expropriação por utilidade pública – Reversão de prédio expropriado pelo Município – Compra e venda – Contrato – Desvio do destino dos bens – Ilícitude – Culpa – **05**, p. 60 (91)

Responsabilidade civil extracontratual – Execução de julgado – Indemnização – Renda vitalícia – Indemnização em renda – **15**, p. 48 (396)

Responsabilidade civil extracontratual – Informação prévia – Caducidade – Integração – REN – Indemnização – Prejuízo especial e anormal – **05**, p. 61 (92)

Responsabilidade civil extracontratual – Município – Presunção de culpa – Nexos de causalidade – **10**, p. 56 (225)

Responsabilidade civil extracontratual – Município – Sinalização da via pública – Presunção de culpa – **07**, p. 56 (147)

Responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Ónus de prova – **10**, p. 59 (233)

Responsabilidade civil extracontratual – Rescisão de contrato – Posse administrativa – Ilícitude – Culpa – **09**, p. 53 (194)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Ilícitude – **15**, p. 69 (444)

Responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública por facto ilícito – Negligência – Autor – Nexo de causalidade – **16**, p. 62 (478)

Responsabilidade civil extracontratual dos entes públicos – Ónus de prova – **11**, p. 62 (275)

Responsabilidade por acto lícito – Pressupostos – Nexo de causalidade – **06**, p. 60 (119)

Responsabilidade por facto ilícito – Nulidade do acto – Prejuízo anormal – Prejuízo especial – **06**, p. 59 (117)

Responsabilidade pré-contratual – Dano negativo – Contrato administrativo – Empreitada de obras públicas – Adjudicação – Dano de confiança – **09**, p. 52 (190)

Servidão administrativa – Declaração de caducidade – Competência dos tribunais administrativos – Utilidade pública – Audiência do interessado – **02**, p. 55 (10)

Suspensão de eficácia – execução – Orçamento – Acto materialmente administrativo – Acto normativo – **13**, p. 61 (347)

Telecomunicações – Taxa municipal – Taxa de ocupação da via pública – Dupla tributação – **13**, p. 60 (346)

Violação do plano director municipal – Nulidade – Hasta pública – **03**, p. 58 (32)

E) Tribunal Central Administrativo Norte

Secções do Contencioso Administrativo

Acção administrativa especial – Ónus de prova – Demolição de obra – **07**, p. 61 (158)

Acidente de serviço – Decreto-Lei n.º 503/99 – Subsídio de assistência de terceira pessoa – Actualização – IAS – **06**, p. 64 (129)

Acto administrativo impugnável – Aprovação do projecto de arquitectura – Legalização de uma obra – **04**, p. 69 (73)

Acto de licenciamento nulo – Execução de julgado – Demolição – Caso julgado – **15**, p. 73 (452)

Acto impugnável – SIADAP – **08**, p. 73 (173)

Antenas de telecomunicações – Audiência prévia – Autorização/licenciamento municipal – Obra – **08**, p. 73 (172)

Antenas de telecomunicações – Decreto-Lei n.º 11/2003 – Audiência prévia – **07**, p. 62 (160)

Antenas de telecomunicações – Deferimento tácito – **10**, p. 61 (238) e **12**, p. 67 (312)

Aposentação – Eleito local – Lei n.º 52-A/2005 – **05**, p. 64 (99)

Art. 8.º do Decreto Regulamentar n.º 06/2006 – Avaliação de desempenho de 2006 – Administração Local – Prazo peremptório – **13**, p. 64 (355)

Art. 72.º do RJUE – Renovação de licença/autorização – Pedido de confirmação de pareceres, autorizações e aprovações – Prazo – **13**, p. 65 (359)

Art. 106.º do RJUE – Demolição – RAN – **06**, p. 62 (125)

Assiduidade – Pontualidade – Marcação de faltas – **15**, p. 50 (401)

Bombeiros Sapadores – Remuneração – Estágio – Nomeação – **02**, p. 56 (13)

Cálculo de pensão – Vencimento – Administrador-Executivo – Empresa Municipal – **11**, p. 65 (280)

Caso julgado – Acto impugnável – Acto de admissão de concorrentes – Art. 43.º do Decreto-Lei n.º 204/98 – **16**, p. 68 (489)

Cemitério – Concessão de uso privativo de sepultura – Doação – Alvará – **15**, p. 75 (456)

Cemitérios – Alvará – Jazigo – Propriedade – **11**, p. 64 (278)

Cemitérios – Jazigos – Exumação – Trasladação – **08**, p. 74 (175)

Chefe de divisão municipal – Nomeação – Experiência profissional – Nulidade – **09**, p. 55 (197)

Competência do tribunal – Processo de contra-ordenação – **15**, p. 71 (447)

Competência em razão da matéria – Jurisdição administrativa – Relação jurídica do emprego público – **10**, p. 61 (237)

Competência material – Empreiteiros – Município – Dono da obra – Responsabilidade civil extracontratual – **04**, p. 68 (71)

Competência material – Contra-ordenação – ASAE – Procedimento cautelar – **12**, p. 68 (314)

Competência material – Jurisdição administrativa – **09**, p. 54 (196)

Competência material – Tribunais administrativos – Demarcação de limite de freguesias – **10**, p. 62 (239)

Concurso – Entrevista – Fundamentação – Votação nominal – **15**, p. 70 (446)

Concurso – Transportes escolares – Transporte de crianças – **07**, p. 62 (161)

Contencioso eleitoral – Nulidade de acto editorial – Prazo de impugnação – Anulação administrativa – **11**, p. 66 (283)

Contratação pública – Ajuste directo – CCP – Decreto-Lei n.º 197/99 – Aquisição de programa informático – Recusa de visto do Tribunal de Contas – **13**, p. 62 (351)

Contratação pública – CCP – Audiência prévia – Notificação – Comunicação – Dever de fundamentação – **13**, p. 63 (353)

Contratação pública – Plataforma electrónica – Assinatura de peças concursais – Exclusão – **15**, p. 74 (455)

Competência – Presidente da câmara municipal – Câmara municipal – Art. 109.º do RJUE – **15**, p. 51 (403)

Declaração da ineficácia dos actos de execução indevida – Resolução fundamentada – Retenção de verbas do FEF – Municípios – **05**, p. 62 (96)

Declaração de impacto ambiental – Acto impugnável – **08**, p. 76 (178)

Demarcação de freguesias – Competência do TAF – **06**, p. 62 (124)

Demolição de obra ilegal – Execução de julgado anulatório – Prazo – **16**, p. 67 (488)

Direito a férias – Número de dias – Decreto-Lei n.º 100/99 – **16**, p. 67 (487)

Direito à oposição – Grupo de cidadãos eleitores – **03**, p. 64 (48)

Dirigente sindical – Transferência de local de trabalho – Art. 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84/99 – **11**, p. 64 (279)

Domínio público aéreo – Espaço aéreo municipal – Taxas – Questão fiscal – **06**, p. 64 (131)

Eleitos locais – Reforma antecipada – Acumulação de pensão com remuneração – **15**, p. 72 (450)

Empreitada de obras públicas – Mora – Taxa de juro – **09**, p. 55 (199)

Estação de telecomunicações – Autorização municipal – Servidão *non aedificandi* – **16**, p. 66 (485)

Estádio municipal – Organização e gestão – Contrato-programa – Comparticipações financeiras – Desporto profissional – Decreto-Lei n.º 432/91 – **05**, p. 62 (95)

Execução de sentença – Abertura de concurso de acesso – **13**, p. 61 (349)

Execução dos julgados – Demolição do edifício – Área REN – **03**, p. 64 (49)

Exoneração de secretário de junta de freguesia – Falta de confiança política – Competências do presidente e da junta – **15**, p. 52 (408)

Incompetência dos tribunais administrativos – Indemnização por expropriação – **09**, p. 56 (204)

Insolvência – Exclusão do concurso – Empreitada de obras públicas – **06**, p. 62 (123)

Intimação à emissão de certidão – Grupo parlamentar – Assembleia de Freguesia – Partido político – Personalidade/capacidade judiciárias – **08**, p. 74 (174)

Intimação para passagem de alvará – Licenciamento titulável – Consulta a entidades externas – Prazos – **15**, p. 52 (405)

Intimação para a prestação de informação – Emissão de certidão – Informação procedimental e não procedimental – Requisitos – **07**, p. 60 (155)

Intimação para a prestação de informação – Passagem de certidão – Interesse procedimental – Prova – **10**, p. 60 (235)

Legitimidade activa – Acção administrativa especial – **04**, p. 68 (69)

Legitimidade activa – Acção administrativa especial – Proprietário do lote confinante – Acto de licenciamento – **15**, p. 53 (409)

Legitimidade activa – Acção popular – Vereador – **02**, p. 57 (17)

Legitimidade processual – Legitimidade procedimental – Propriedade horizontal – Alteração – Certificação – **09**, p. 55 (201)

Licenciamento de obras – Acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada – Decreto-Lei n.º 123/97 – **03**, p. 64 (50)

Loteamento – Caducidade – **03**, p. 64 (47)

Loteamento urbanístico – Licença de construção – Declaração de nulidade – Execução de julgado – Demolição de edificado – Respeito pelo caso julgado – **15**, p. 72 (449)

Notação – Funcionário – Fixação dos objectivos – **13**, p. 62 (350)

Notificação de decisão disciplinar – Arguido – Advogado – Caducidade de direito de acção – Prazo – **13**, p. 65 (358)

Obra – Demolição – Legalização – **12**, p. 68 (313)

Ocupação imóvel – Despejo administrativo – **02**, p. 57 (14)

Operações materiais executivas – Impugnabilidade – **09**, p. 56 (203)

Outlet – Armazém – Loja – Licença de utilização – **07**, p. 61 (159)

Parque Natural do Douro Internacional – Caducidade – Inconstitucionalidade – Decreto-Lei n.º 19/93 – Decreto-Lei n.º 204/2002 – Decreto-Lei n.º 217-A/2004 – Decreto-Lei n.º 67/2006 – **05**, p. 63 (98)

Pedido de informação prévia – Acto constitutivo de direitos – Aplicação da lei no tempo – Princípio *tempus regit actum* – **04**, p. 67 (66)

Pena disciplinar – Repreensão por escrito – Delegação de poderes em Vereador – **06**, p. 62 (126)

Perda de mandato – Contracção de empréstimo – Justificação na ultrapassagem do limite do endividamento líquido – **15**, p. 53 (410)

Perda de mandato – Depoimento de testemunha – Advogado – Sigilo profissional **11**, p. 66 (284)

Perda de mandato – Eleito local – Ausência de entrega de declaração – **02**, p. 57 (16)

Perda de mandato – Eleito local – Ausência de entrega declaração de rendimentos e património/Cargos sociais – **03**, p. 63 (45)

Perda de mandato – Eleito local – Inelegibilidades – Mandato interrompido – **02**, p. 58 (18)

Perda de mandato – Reuniões de junta de freguesia – Deliberações – Indispensabilidade da acta – **16**, p. 66 (486)

Plano de urbanização – Plano Director Municipal – Compatibilidade – **07**, p. 61 (156)

Plano Director Municipal – Nulidade – Antenas de telecomunicações – Decreto-Lei n.º 11/03 – **05**, p. 63 (97)

Posse administrativa – Demolição – Art. 71.º, n.º 2, do CPTA – Poderes do Tribunal – **11**, p. 65 (281)

Prescrição – Caducidade – Decreto-Lei n.º 341/83 – Juros – **02**, p. 57 (15)

Preterição do direito de audiência prévia – Desvalor – **06**, p. 64 (130)

Procedimento cautelar – Requisitos – Demolição – Anexos classificados de interesse público – **03**, p. 63 (46)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Dirigente máximo do serviço – Município – **09**, p. 56 (202)

Processo disciplinar – Acusação – Direito de audiência – Demissão – Decreto Falta injustificada – **08**, p. 76 (177)

Processo disciplinar – Competência – Câmara Municipal – Presidente da Câmara Municipal – **05**, p. 62 (94)

Processo disciplinar – Deliberação punitiva do Conselho de Administração dos SMAS – Recurso hierárquico para a câmara municipal – Delegação de competência decisória no presidente – **13**, p. 64 (357)

Processo disciplinar – Funcionário autárquico – **10**, p. 62 (240)

Processo disciplinar – Suspensão de execução de pena – Reincidência – **15**, p. 74 (454)

Progressão de categoria – Princípio de proibição de pré-efeitos de actos normativos – **13**, p. 64 (356)

Providência cautelar conservatória – *Periculum in mora* – Ponderação de interesses – **11**, p. 67 (286)

Regularização de pessoal – **13**, p. 63 (352)

Responsabilidade civil – Tampa de saneamento – Estrada nacional – **12**, p. 67 (311)

Responsabilidade civil da Administração – Direito de acesso à via pública – **13**, p. 63 (354)

Reunião sindical – Falta ao serviço – Injustificação – **10**, p. 61 (236)

Questão fiscal – Competência do tribunal tributário – **06**, p. 63 (127)

Questão privada – Incompetência do tribunal administrativo – **07**, p. 61 (157)

Reclassificação profissional – Nulidade – **02**, p. 56 (12)

Responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Ónus de prova – **04**, p. 69 (72)

Serviços de regime de funcionamento especial – Trabalho nocturno – Trabalho em dias de descanso semanal – **07**, p. 59 (154)

Servidão *non aedificandi* – Via rodoviária – Decreto-Lei n.º 13/94 – **03**, p. 63 (44)

SIADAP – Acto impugnável – Reclamação do acto de homologação – **09**, p. 55 (198)

SIADAP 3 – Objectivos e competências – Classificação – Espírito de equipa – **15**, p. 51 (404)

SIADAP/2004 – Fixação de objectivos – Transparência – **15**, p. 74 (453)

SIADAP/2004 – Recurso hierárquico – Fundamentação – **15**, p. 72 (451)

SIADAP/2004-2006 – Objectivo traçado – Impossibilidade de cumprimento não imputável a funcionário – Entrevista – Omissão de definição de objectivos – Prazo (art. 8.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2006) – **16**, p. 65 (484)

Subempreitada – Retenção de pagamento – Competência do tribunal administrativo – **09**, p. 55 (200)

Subsídio de turno – Cálculo do montante dos subsídios de férias e de Natal – **04**, p. 68 (70)

Suspensão de eficácia – Acto de demolição – Art. 106.º do RJUE – **15**, p. 50 (402)

Suspensão de eficácia – Evidência [art. 120.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA] – *Periculum in mora* – Transferência de farmácia – **15**, p. 71 (448)

Suspensão de eficácia – Retenção de transferência de verba – Decreto-Lei n.º 72-A/2010 – Acto administrativo – Acto impugnável – Âmbito da jurisdição administrativa – **15**, p. 53 (411)

Suspensão da eficácia – Retenção de verbas do FEF – **06**, p. 63 (128)

Suspensão de eficácia – Ilegalidade manifesta – Contratação pública – Nulidade de contrato – Declaração judicial – **11**, p. 63 (277)

Taxa de juros de mora – Empreitada de obras públicas – **04**, p. 67 (67)

Taxa municipal de direitos de passagem – Regulamento ICP/ANACOM – Competência em razão da matéria – **04**, p. 67 (68)

Trabalho extraordinário – Dia feriado – Remuneração – Art. 21.º, n.º 8, do Decreto-lei n.º 259/98 – **11**, p. 66 (282)

Trabalho extraordinário – Trabalho por turnos – Feriado – **05**, p. 61 (93)

Transferência de bem de domínio publico para o domínio privado – Nulidade/anulabilidade – **12**, p. 68 (315)

Urbanismo – Obra de reconstrução – **15**, p. 52 (407)

Uso de fracção para actividade de culto religioso – **15**, p. 52 (406)

Vereador – Gabinete de Apoio Pessoal – Concurso – Isenção e imparcialidade – **03**, p. 65 (51)

F) Tribunal Central Administrativo Sul

Secções do Contencioso Administrativo

Acção para dissolução de órgão autárquico – Legitimidade passiva – Acto eleitoral subsequente – Impossibilidade superveniente da lide – **06**, p. 66 (135)

Acidente de viação – Sub-rogação – Prazo de prescrição – Início da contagem – Presunção de culpa do n.º 1 do art. 493.º do Código Civil – **04**, p. 70 (75)

Alinhamento de cérceas – **10**, p. 63 (242)

Alojamento de animais – Prédio misto - Erro sobre os pressupostos de facto e de direito – **10**, p. 62 (241)

Antena de radiocomunicações – Procedimento de autorização municipal – Propriedade horizontal – Arrendamento de parte comum – **16**, p. 69 (491)

Aprovação do projecto de arquitectura – Art. 112.º do RJUE – Sucessão de PDM's no tempo – **09**, p. 58 (209)

Aprovação de projecto de arquitectura – Impugnação por terceiros – **10**, p. 65 (248)

Aprovação do projecto de arquitectura – Art. 112.º do RJUE – Sucessão no tempo de planos plurisubjectivos – **11**, p. 71 (295)

Art. 104.º do CPTA – Âmbito e limites do direito à informação – Art. 77.º do CPTA – **06**, p. 65 (133)

Audiência de interessados – **11**, p. 71 (296)

Autorização de utilização – Vistoria – Prolação de acto expresso para além do prazo – **03**, p. 67 (56)

Câmara Municipal – Omissão do dever de sinalização – Concorrência de culpas – **02**, p. 59 (21)

Caminho público – Estatuto de dominialidade – Desafecção expressa ou tácita – Integração no domínio privado da administração – Isenção de custas e multa por parte do Ministério Público – **15**, p. 77 (461)

Cessão de exploração – Elementos acessórios do acto administrativo – Contra-interessados – Inoponibilidade do caso julgado – Operações urbanísticas – Reserva de direitos de terceiros – Legitimidade – **11**, p. 67 (287)

Competência dos tribunais administrativos – Responsabilidade civil extracontratual do estado e demais pessoas colectivas públicas – **12**, p. 69 (317)

Competência territorial do tribunal – Não autorização de instalação de conjunto comercial – **10**, p. 64 (245)

Concessão cautelar em procedimentos de formação de contratos – Conceito de “evidente procedência da pretensão formulada” – **13**, p. 65 (360)

Condenação no acto devido, art. 112.º do RJUE – Aprovação do projecto de arquitectura – Acto prévio ou parcial – Acto complexo – Dever legal de decidir – Procedimento de hetero-iniciativa – Audiência de interessados – **05**, p. 65 (103)

Concurso público para fornecimento de refeições – Proposta variante – Preço anormalmente baixo – **15**, p. 76 (459)

Constituição de contra-interessados – Intervenção espontânea – **10**, p. 64 (244)

Construção ilegal – Demolição – Audiência prévia – Preterição – Efeito não invalidante – **07**, p. 63 (162)

Contagem de prazos de caducidade – Entrega de requerimentos – Registo de requerimentos – **03**, p. 66 (54)

Contencioso impugnatório pré-contratual – Tempo de urgência – Art. 100.º do CPTA – Contratos mistos – Técnica concessória – Concessão de obras públicas – **08**, p. 77 (181)

Contencioso pré-contratual – Aquisição de serviço de acesso a base de dados jurídicos – Prova pericial – **15**, p. 77 (460)

Contencioso pré-contratual – Documentos que constituem a proposta – Falta de reconhecimento de assinaturas – Formalidade não essencial – **16**, p. 71 (496)

Contencioso pré-contratual – Empreitada de obras públicas – Plano de trabalhos – Redacção em língua estrangeira – Caducidade da adjudicação – **15**, p. 76 (458)

Contencioso pré-contratual – Encargos sociais – Exclusão de proposta – **16**, p. 68 (490)

Contencioso pré-contratual – Imutabilidade das propostas – Esclarecimentos – Empreitada por preço global – Lista de preços unitários – Trabalhos a mais – Execução da empreitada – Convolação para pedido indemnizatório – **10**, p. 65 (246)

Contencioso pré-contratual – Nulidades da sentença – Relatório preliminar – Falta de fundamentação – **11**, p. 67 (285)

Contencioso pré-contratual – Recurso jurisdicional – Impugnação da sentença recorrida – Parâmetros base – Encargos legais obrigatórios com pessoal – Exclusão da proposta (não) – **15**, p. 76 (457)

Contencioso pré-contratual – Valor da causa – Capacidade económico-financeira – Aplicação do art. 47.º, n.º 2, da Directiva 2004/18/CE – **08**, p. 76 (179)

Declaração de impacte ambiental – Nulidade – Pombo-torcaz-dos-Açores – Directivas Aves e *Habitats* – **04**, p. 69 (74)

Declaração de urgência expropriativa – Expropriação litigiosa – Jurisdição comum – **09**, p. 57 (206)

Domínio privado municipal – Direito de superfície em domínio privado autárquico – Agir administrativo em estado de necessidade – **12**, p. 71 (320)

Eleitos locais – Manutenção de inscrição na CGA – Reforma antecipada de eleitos locais – **02**, p. 59 (23)

Execução de julgado – Anulação de adjudicação – Causa legítima de inexecução – Danos indemnizáveis – Juros de mora – **16**, p. 70 (493)

Execução de sentença anulatória – Condenação para além do pedido – Demolição de imóvel – **05**, p. 65 (101)

Expropriação por utilidade pública – Reversão – Responsabilidade civil do Estado por facto ilícito – Honorários a advogado – **11**, p. 70 (292)

Garantia do existente – Parecer de entidade externa ao Município – Licença de utilização por alteração de uso – Deferimento tácito – Emissão de alvará – **11**, p. 70 (293)

Inaptidão adjudicatória imputável a deficiência do programa – Concurso – Licença de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 178/06, de 5 de Setembro) – Requisito subjectivo de habilitação profissional – Condição de participação em procedimento adjudicatório – **12**, p. 72 (322)

Incompetência dos tribunais administrativos – Indemnização por expropriação – **09**, p.

56 (204)

Indeferimento de licenciamento de loteamento – Erro nos pressupostos de facto – Vícios de forma por falta de audiência prévia e de fundamentação – **05**, p. 65 (102)

Inelegibilidades dos eleitos locais – **09**, p. 57 (205)

Infra-estruturas de suporte das instalações de radiocomunicações – Presunção legal de concordância – Parecer obrigatório não vinculante – Deferimento tácito – Sentido jurídico do silêncio administrativo – Pressupostos taxativos de indeferimento – Art. 15.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 11/03, de 18 de Janeiro – Planos especiais – Eficácia plurisubjectiva – **15**, p. 54 (413)

Infra-estruturas de suporte de radiocomunicações – Autorização municipal – RMEU do Município – Licenciamento – **11**, p. 70 (294)

Instalação de conjuntos comerciais – **12**, p.69 (316)

Interesses difusos – Intervenção cautelar *uti cives* – **03**, p. 65 (52)

Intimação para a emissão de alvará – Prévio pagamento das taxas devidas – Fundamento de rejeição – **04**, p. 70 (76)

Intimação para a prática de acto legalmente devido – Fixação do conteúdo do acto – Entidades exteriores ao município – Não apresentação de um projecto da especialidade – Princípio da boa-fé – **11**, p. 69 (291)

Intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias – Competência dos tribunais administrativos – Declaração de utilidade pública – Atribuição do carácter de urgência – **09**, p. 59 (210)

Intimação para prestação de informações – Erro na forma do processo (não) – Informação sobre a resolução a tomar – **12**, p. 70 (319)

Inutilidade da lide – Critérios das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 120.º do CPTA – **12**, p. 72 (323)

Licenciamento de obras de edificação – Aprovação do projecto de arquitectura – Alteração posterior do PDM – **09**, p. 58 (208)

Limites ao endividamento dos Municípios – Suspensão de eficácia – Conceitos técnicos – **08**, p. 78 (182)

Ordem de demolição – Obra clandestina – Legalização de obra – **06**, p. 65 (132)

Parecer ambiental não vinculativo – Art. 9.º, n.ºs 3 e 5, do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril – Procedimento autorizativo ambiental – **13**, p. 66 (362)

Passagem de certidões pelo Presidente da Câmara Municipal – Caducidade do alvará de loteamento – Intervenção da Administração – **07**, p. 64 (163)

Pedido de declaração de carácter estruturante de empreendimento turístico – Deferimento tácito – Falta de fundamentação do acto administrativo – **02**, p. 58 (19)

Pedido de reversão em expropriação por utilidade pública – **02**, p. 59 (20)

Perda de mandato – Inelegibilidade prevista no art. 7.º, n.º 2, alínea *c)*, da Lei n.º 1/2001, de 14 de Agosto – **05**, p. 64 (100)

Plano Director Municipal – Prédio em ruínas – Garantia de existência activa – Reconstrução – **06**, p. 65 (134)

Prazo de decisão sobre o projecto de arquitectura, art. 20.º, n.º 3, do RJUE – Prazo de caducidade do direito de acção, art. 69.º, n.º 1, do CPTA – Suspensão da contagem do prazo de decisão – **15**, p. 78 (462)

Prejuízos irreparáveis – Declaração de ineficácia de actos de execução – **03**, p. 66 (55)

Procedência evidente – Ponderação de interesses – Interesses difusos – Acção popular – **03**, p. 65 (53)

Providência cautelar – Caravana – Operação urbanística – **16**, p. 70 (492)

Processo cautelar – Intimação para adopção de uma conduta – Ilegitimidade passiva – **09**, p. 59 (211)

Processo cautelar – Intimação para desocupação de terreno – Art. 120.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – Interesse em agir – Excepcional prejuízo para o interesse público – **15**, p. 56 (417)

Providência cautelar – Falta de fundamentação – Acto manifestamente ilegal – **12**, p. 71 (321)

Providência cautelar – Produção de prova – *Periculum in mora* – **16**, p. 71 (495)

Providência cautelar – Requisitos: *fumus boni iuris e periculum in mora* – **16**, p. 72 (497)

Providência cautelar – Suspensão eficácia – Prazo – Nulidade – Anulabilidade – **09**, p. 54 (195)

Providência cautelar antecipatória – Declaração de impacto ambiental – Interesse em agir – **13**, p. 66 (363)

RAN – Obra ilegal – Ordem de demolição – Posse administrativa – Discricionariedade – **10**, p. 63 (243)

Recurso jurisdicional – Alegações do recorrente – Falta de conclusões – Licenciamento de construção – Deserção do procedimento – **16**, p. 70 (494)

Recusa de adopção de providência – Ponderação de interesses – Danos ambientais – Prevalência – **02**, p. 59 (22)

Regulamento do PDM de Pedrógão Grande – “Altura dominante dos edifícios” – Remissão para a Portaria n.º 1182/92 – Consequências da violação dessa portaria – **15**, p. 55 (415)

Regulamento do Plano Director Municipal – Nulidade de despacho de licenciamento urbano – Audiência de interessados – **11**, p. 68 (289)

REN – Regime transitório – Nulidade do acto de licenciamento – Princípio da igualdade – **08**, p. 77 (180)

Resolução fundamentada – **13**, p. 66 (361)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Sinalização de via pública – **09**, p. 58 (207)

Responsabilidade civil extracontratual – Direito de regresso – Negligência grave – **15**, p. 56 (416)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Acidente de viação em estrada com óleo derramado – Culpa *in vigilando* – Presunção de culpa – Art. 493.º, n.º 1, do Código Civil – Natureza jurídica adjectiva das presunções (meios de prova) – Desconsideração do nexo de causalidade – **13**, p. 67 (365)

Responsabilidade criminal dos titulares de cargos políticos – Presidente da Câmara – Despesas de processos judiciais – Art. 21.º da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho – **13**, p. 67 (364)

Subempreitada – Obras públicas – Pagamento de dívidas – **15**, p. 54 (412)

Suspensão de eficácia – Criação de zona de caça municipal – Falta de audiência prévia – Art. 120.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – **11**, p. 68 (288)

Suspensão de eficácia – Despacho que determina alteração do trânsito – Nulidade

processual – Sanação – *Periculum in mora* – Ponderação de interesses – **12**, p. 70 (318)

Suspensão de eficácia – Facto consumado – Prejuízos de difícil reparação – Ponderação de interesses – **15**, p. 55 (414)

Suspensão de eficácia – *Fumus boni iuris* – Encerramento de estabelecimento comercial – **10**, p. 65 (247)

Suspensão de eficácia – Recurso jurisdicional – Não impugnação de um dos fundamentos da sentença – Art. 120.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – **11**, p. 69 (290)

G) Tribunal dos Conflitos

Acção popular – Bem do domínio público – Jurisdição – **12**, p. 73 (324)

Tarifa de disponibilidade – Competência dos tribunais fiscais – Concessionário – Serviços municipalizados – Rede de abastecimento de água – Abastecimento domiciliário – Saneamento básico – Empresa concessionária – **13**, p. 68 (366)